



SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL





O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**

Brasil – Lei 11.346 de 2006 Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional



A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a **alimentos de qualidade**, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Art. 3º)

Uma conquista do povo brasileiro



Estratégia brasileira para a garantia do direito de todos à alimentação adequada

BRASIL. Decreto 6.273 de 23 de novembro de 2007



CAISAN

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



Emenda Constitucional nº 64/2010 – Direito à alimentação – o Brasil passa a considerar a alimentação como um direito fundamental no Artigo 6º da Constituição

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a **alimentação**, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Brasil. Decreto 7.272, 2010
**Política Nacional de
Segurança Alimentar e
Nutricional**

Princípios:

- Intersetorialidade.
- Ações conjuntas entre Estados e sociedade.
- Equidade, superando as desigualdades econômicas, sociais, de gênero e étnicas.
- Articulação entre orçamento e gestão.
- Abrangência e articulação entre ações estruturantes e medidas emergenciais.





Intersectorialidade

Participação social

CONFERÊNCIAS
DE SAN

CONSEA



CAISAN

PLANO DE
SAN

cartilha-losa x losan - Pesq x UNESP: Câmi x manual de x conferencia x como criar x Caisan — C x ADESAN (Si x plansan_201 x Maria Rita x

← → ↻ aplicacoes.mds.gov.br/adesan/index.php ☆ S !

AdeSAN

sistema de adesão ao SISAN

SISAN

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) foi instituído em 2006 pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional com a finalidade de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Desde a criação, avanços legais e institucionais têm garantido a sua construção como estrutura responsável pela implementação e gestão participativa da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito federal, estadual e municipal. Esta construção se dá de forma paulatina, num trabalho contínuo de dedicação, articulação e priorização política dos setores envolvidos.

Todos os estados brasileiros já aderiram ao SISAN e estão organizando o processo de adesão de seus municípios. O AdeSAN é uma ferramenta *online* de adesão municipal ao SISAN. Todas as informações necessárias e documentos podem ser inseridos virtualmente, de forma a agilizar e facilitar a análise e o aceite pelos gestores dos estados e governo federal.

Governo e sociedade civil
atuando na promoção
do Direito Humano
à Alimentação Adequada.

CPF:

Senha:

Não consigo acessar minha conta.
[Quero me cadastrar](#)

SISAN | Benefícios da adesão | Requisitos para adesão | Quero iniciar o processo de adesão | Análise do pedido de adesão

plansan_2016_19.pdf ^ PLANSANVERSAO....pdf ^ GGSanManualdeO....pdf ^ plano_seguranca_a....pdf ^ cartilha-losan-port....pdf ^

Exibir todos x



PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

II PLANO NACIONAL DE SAN – 8 DIRETRIZES 9 DESAFIOS

DESAFIO 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional



Temas: Transferência de Renda; Alimentação escolar; Distribuição de alimentos.

Desafio 2 - Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural



Temas: Insegurança alimentar e nutricional; Inclusão produtiva rural; Acesso à terra e gestão territorial; Biodiversidade; Saúde indígena; Extrativistas e ribeirinhos; Acesso a políticas públicas.

Desafio 3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica



Temas: Fortalecimento da agricultura familiar; Reforma agrária; Transição agroecológica; Mulheres; Juventude; Sementes; Mudanças climáticas.

Desafio 4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável



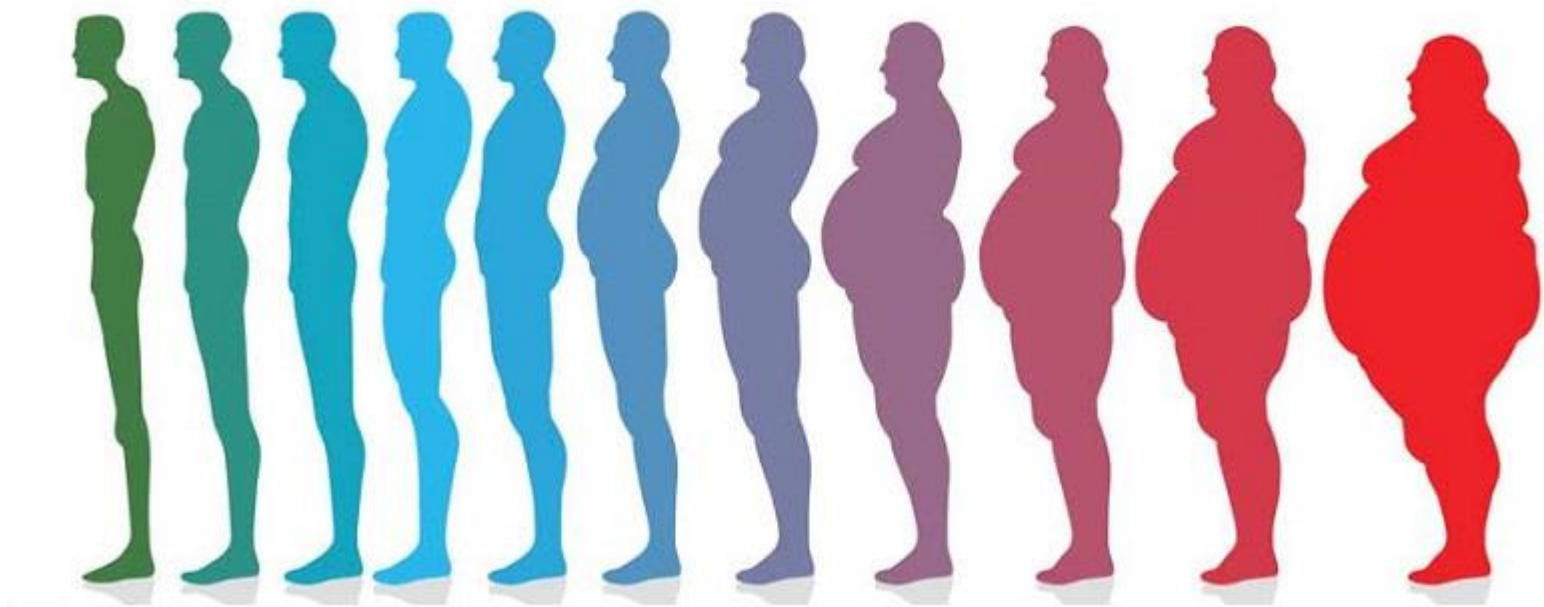
Temas: Compras públicas; Abastecimento; Legislação sanitária; Economia solidaria; Perdas e desperdícios de alimentos; Equipamentos públicos de SAN; Agricultura urbana.

Desafio 5 – Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias



Temas: Promoção da alimentação saudável; Promoção da alimentação saudável no ambiente escolar; Ações regulatórias; Controle dos riscos relacionados ao consumo de alimentos e a exposição ao uso de agrotóxicos.

Desafio 6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação



Temas: Desnutrição; excesso de peso e obesidade; doenças e agravos relacionados à má nutrição.

Desafio 7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural



Temas: Água para consumo humano; Água para a produção de alimentos;
Recursos hídricos; Saneamento básico rural

Desafio 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersectorialidade e a participação social



Temas: Intersectorialidade nas ações federativas; Participação social; Gestão e financiamento do Sistema; Formação, pesquisa e extensão em SAN e DHAA; Exigibilidade e monitoramento do DHAA

Desafio 9 - Apoio às iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional



Temas: Governança global; Cooperação internacional; Participação da sociedade civil